

40º Encontro Anual da Anpocs;

Número e Título do ST ou SPG: ST27 Relações internacionais da América Latina

Título do trabalho: América "LaChina": nova etapa da dependência latino-americana?

Nome(s) do autor e co-autores:

Bernardo Salgado Rodrigues (UFRJ)

Rafael Shoenmann de Moura (UERJ)

## **1. Introdução**

No complexo tabuleiro geopolítico das relações internacionais, a América Latina se apresenta como importante eixo de acumulação capitalista e uma região estratégica para os distintos centros hegemônicos, com a China exercendo papel de destaque desde o início do século XXI, sendo atualmente uma das maiores parceiras comerciais e de investimentos da maioria dos países latino-americanos.

Contudo, a nova configuração das relações sino-latino-americanas ainda se encontra em construção, podendo se estabelecer como relações Sul-Sul ou reeditando os velhos padrões hierárquicos de liderança, por um lado, e subalternidade, por outro, historicamente característicos das relações econômicas Norte-Sul. Supõe-se que, a despeito de uma elevada quantidade de investimentos chineses ter crescido nos últimos anos, todos esses processos estiveram relacionados não a uma nova configuração de relações Sul-Sul, mas ao velho modelo de relações econômicas Norte-Sul. Assim, um estudo quantitativo e qualitativo, sob o ponto de vista da economia política internacional, a partir de um viés realista e levando em consideração aspectos geopolíticos, é de suma importância para refletir sobre o tipo de relacionamento que estaria sendo construído.

Desta forma, o presente artigo se divide em análise em cinco partes: 1) definição da hipótese de uma nova etapa de dependência latino-americana; 2) recentralização do Sudeste Asiático como pólo de acumulação de poder e riqueza no sistema internacional; 3) história das relações sino-latino-americanas, principalmente a partir de seu período de maior prosperidade, iniciado na década de 2000; 4) dados quantitativos e qualitativos, com a finalidade de se realizar um mapeamento das relações comerciais, setoriais e de investimentos chineses na América Latina; e 5) recursos naturais com intensa participação geoestratégica chinesa na região. A partir destas sessões, buscar-se-á realizar um diálogo a partir do tema proposto, buscando questionar e ratificar a suposição proposta.

## **2. Nova etapa da dependência latino-americana?**

A suposição de que a presença da China na América Latina pode ser interpretada como uma nova etapa da dependência latino-americana enseja o debate nos meios acadêmicos principalmente a partir da década de 2000, quando a sua inserção na região

pode ser constatada com maior intensidade. Entretanto, a fim de que se possa realizar uma avaliação desta hipótese, convém estabelecer os marcos teóricos do que se compreende como dependência e, assim, sua relação histórica na América Latina, para que a atividade chinesa possa ser compreendida - ou não - como uma nova etapa deste processo.

As visões da teoria da dependência<sup>1</sup> buscaram entender a especificidade dos países periféricos latino-americanos, visualizando-os como parte integrante do sistema mundial, se afastando de qualquer ilusão igualitária em relação ao desenvolvimento capitalista. Em seus trabalhos, Theotônio dos Santos buscou entender a especificidade dos países periféricos e a relação que a dependência dos países latino-americanos impunha ao seu desenvolvimento no sistema capitalista. Para ele,

la dependencia es una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes. (SANTOS, 2011, p.361)

Em sua essência, o desenvolvimento dos países da América Latina possui padrões particulares, que estão atrelados à situação de dominação econômica, social e política a qual estão submetidos. Assim, estes padrões específicos determinam um desenvolvimento dependente que tem como característica fundamental a exploração tanto no âmbito das próprias economias nacionais, como na relação entre estas e os grandes centros de poder mundiais.

---

1 No marco teórico da dependência não existe um pensamento homogêneo, e sim diversas correntes e interpretações. Essa heterogeneidade de análises acerca do tema da dependência surge a partir de debates e disputas teóricas realizadas durante as décadas de 1960 e 1970. Duas grandes visões se estabeleceram: a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a de Theotonios dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Orlando Caputo. A primeira teorizou a dependência para aceitá-la como o padrão de desenvolvimento e dominação das sociedades latino-americanas; a segunda, latino-americanista, o fez para buscar sua superação. Em nossa visão, essa segunda corrente seria a mais original, de cunho “dependentista marxista-revolucionária”, que gerou uma base teórica, histórica e dialética entre os fatores específicos da realidade latino-americana e as transformações do sistema mundial capitalista a fim de construir uma interpretação crítica do papel da América Latina dentro desse sistema. Assim, contribuiu para pensar caminhos políticos adequados de superação das contradições características da condição periférica e dependente pela via da revolução socialista.

Na visão de Vânia Bambirra, o capitalismo dependente possui um caráter e modo de funcionamento que estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais, que inserem as próprias economias dependentes em suas políticas estratégicas a nível mundial. Para ela, a dependência seria redefinida e utilizada

como categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através delas, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, política e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2012, p.38)

Desta maneira, o “atraso” dos países dependentes latino-americanos

foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (BAMBIRRA, 2012, p.44)

Ruy Mauro Marini foi outro autor dependetista com uma análise apurada da realidade latino-americana, definindo a dependência como “una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia.” (MARINI, 1991)

Em sua visão sistêmica, Marini (1991) afirma que

la participación de América Latina en el mercado mundial contribuirá a que el eje de la acumulación en la economía industrial se desplace de la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, es decir, que la acumulación pase a depender más del aumento de la capacidad productiva del trabajo que simplemente de la explotación del trabajador. Sin embargo, el desarrollo de la producción latinoamericana, que permite a la región coadyuvar a este cambio cualitativo en los países centrales, se dará fundamentalmente con base en una mayor explotación del trabajador.

Logo, a essência da dependência repousa em dois elementos teóricos que consistem no caráter contraditório do desenvolvimento latino-americano: o do subimperialismo e o da superexploração do trabalho<sup>2</sup>, este último identificado em três

---

2 “Hoje é fundamental aprofundar o domínio teórico do conceito inaugurado por esses autores, pois a superexploração, não apenas se aprofunda na América Latina, mas estende-se aos próprios países centrais do sistema mundial capitalista. Essa extensão foi percebida por Marini, que começou a teorizá-la em seus últimos escritos, como *Proceso y tendencias de la globalización capitalista* (1995). A emergência das

mecanismos: “la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo” (MARINI, 1991), que configuram um modo de produção fundado exclusivamente numa maior exploração do trabalhador.

Os autores dessa corrente procuram compreender a formação das economias latino-americanas em função do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, tomam em consideração a estreita consonância da evolução histórica da América Latina com a dinâmica do capitalismo mundial, buscando demonstrar que a incorporação da região no mercado mundial foi imprescindível para o processo de transferência do eixo de acumulação nos países centrais. Assim, Marini (2012, p.47) constata que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”, em que “o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial.” (MARTINS, 2011, p.230)

Outra abordagem particular da teoria marxista da dependência seria constatada não somente em termos econômicos, mas também políticos. A dependência política não seria compreendida apenas como a imposição da interferência estrangeira no plano nacional, mas, sobretudo, como parte de uma dependência

que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos ‘nacionais’ internos – seja dependente. Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. A situação de dependência termina por confrontar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes.” (BAMBIRRA, 2012, p.143-144)

Logo, diante desta situação das classes dominantes latino-americanas, Bambilra cunha o termo “dominantes-dominados”<sup>3</sup>, cuja aceitação seria a única forma de manutenção do sistema de exploração, “abrindo as portas da economia dependente para a

---

chamadas empresas globais, como uma etapa mais avançada da transnacionalização empresarial, é chave nesse processo de globalização da superexploração.” (MARTINS, 2011, p.292-293)

3 Eduardo Galeano, famoso escritor uruguaio, também mencionava esta categoria em seu clássico, *Las venas abiertas de América Latina*, afirmando que “la lluvia que irriga a los centros del poder imperialista ahoga los vastos suburbios del sistema. Del mismo modo, y simétricamente, el bienestar de nuestras clases dominantes – dominantes hacia dentro, dominadas desde fuera – es la maldición de nuestras multitudes condenadas a una vida de bestias de carga.” (GALEANO, 2010, p.17)

penetração e domínio do capital estrangeiro. Frente a isso, a alternativa, única e indiscutível, é o socialismo e, obviamente, esta alternativa é por princípio descartada pelas classes dominantes.” (BAMBIRRA, 2012, p.145)

Neste contexto, a América Latina se encontra entrelaçada diante dos interesses de acumulação de poder e riqueza das grandes potências, que se lançam sobre a América Latina na disputa pelo controle monopólico dos seus mercados e das fontes de energia renováveis e não-renováveis, das matérias-primas estratégicas, das grandes reservas de água, do grande potencial de produção de alimentos e da rica biodiversidade que, portanto, a configura como uma protagonista geoestratégica fundamental nesta nova etapa no universo em expansão. Assim, num sistema internacional anárquico, competitivo e hierarquizado, o objetivo das grandes potências em relação aos Estados da periferia é garantir que seu desenvolvimento político, militar e econômico não afete seus interesses locais, regionais e mundiais.

De todos os pontos de vista, a América Latina é atualmente uma região essencial para o funcionamento e a expansão do sistema mundial, “e por isto deve sofrer uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro da própria região” (FIORI, 2008, p.58); pressão essa cada vez mais realizada pelo fator-China, como se buscará ratificar ao longo das sessões subsequentes.

### **3. A rescentralização do Sudeste Asiático**

A rescentralização do sudeste asiático parte de uma interpretação de um sistema mundo milenar que consiste numa crítica a uma visão eurocêntrica da formação do sistema-mundo moderno. No livro *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*, Janet Abu-Lughod descreve uma intensiva rede de trocas comerciais eurásiana, que constituíram um sistema-mundo que antecede o europeu em mais de cem anos, datado do século XIII. Assim, mais do que a preponderância europeia como o estopim do sistema mundial moderno, "the fall of the East" precede "the Rise of the West" (ABU-LUGHOD, 1989, p.338), resultando numa mudança hegemônica do Oriente para o Ocidente no próprio estabelecimento do sistema-mundo europeu e, portanto, não se constituindo num novo, moderno sistema-mundo, e sim a continuação e evolução do sistema como um todo.

No livro *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?*, AndreGunder Frank e Barry K. Gills lançam a tese do *one world system*, de que o sistema mundial contemporâneo possui pelo menos 5.000 anos (FRANK; GILLS, 1993, p.3-4), com origem na arcaica economia Afro-Eurasiana. Para eles, ao combater o eurocentrismo a partir de uma história mundial humanocêntrica (FRANK; GILLS, 1993, p.11) que busca deslegitimar os estudos históricos clássicos eurocêntricos referentes ao sistema-mundo.

Parte considerável da herança cultural e científica europeia possui influência da milenar sociedade chinesa. De todas as civilizações dos tempos pré-modernos, nenhuma possuía um nível tão avançado quanto a sociedade chinesa,

Huge libraries existed from early on. Printing by movable type had already appeared in eleventh-century China, and soon large numbers of books were in existence. Trade and industry, stimulated by the canal-building and population pressures, were equally sophisticated. Chinese cities were much larger than their equivalents in medieval Europe, and Chinese trade routes as extensive. Paper money had earlier expedited the flow of commerce and the growth of markets. By the later decades of the eleventh century there existed an enormous iron industry in north China, producing around 125,000 tons per annum, chiefly for military and governmental use—the army of over a million men was, for example, an enormous market for iron goods. It is worth remarking that this production figure was far larger than the British iron output in the early stages of the Industrial Revolution, seven centuries later! The Chinese were also probably the first to invent true gunpowder; and cannons were used by the Ming to overthrow their Mongol rulers in the late fourteenth century. (KENNEDY, 1987, p.6)

Em outros termos, autores como Frank (1998), Abu-Lughod (1989) e Arrighi (2008), com suas específicas análises e interpretações, buscam delinear que o "moderno sistema-mundo capitalista" não foi uma reinvenção, mas a continuação do mesmo sistema-mundo anterior, no qual o protagonismo e centralidade do Leste Asiático na economia mundial dura até, pelo menos, meados de 1800, convivendo conjuntamente com a ascensão do sistema-mundo europeu. No início do século XXI, um novo período no sistema-mundo se inicia, uma nova fase sistêmica cuja centralização asiática é a característica mais importante.

Por mais de um século, desde a Primeira Revolução Industrial até as crises do petróleo na década de 1970, o Atlântico norte vem se configurando como principal motor da economia global. Entre 1870 e 1972, a Europa e a América do Norte responderam por aproximadamente dois terços do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Entretanto, no período de 2002 a 2012, esse valor foi reduzido para 36%, enquanto a

participação dos países do leste e sudeste asiático chegou a 44% (World Bank, 2013). Esses números evidenciam o deslocamento do centro de gravidade da produção mundial e prenunciam alterações na dinâmica de poder, na distribuição da renda e na lógica de conformação das cadeias globais de valor.

Atualmente, a China corresponde a um centro cíclico regional, fazendo da expansão do seu mercado interno um pólo de expansão para a economia regional e global. Em outros termos, pauta sua estratégia de desenvolvimento na busca de uma inserção internacional, conhecida como *going global*. A partir dessa estratégia, foram elaboradas diretrizes para o investimento externo, que podem ser resumidas em três principais objetivos: acessar recursos naturais escassos no país, fomentar a industrialização e o desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais, e aumentar a competitividade das empresas chinesas por meio da promoção de marcas no exterior e da construção de uma rede global de produção e fornecimento. (COELHO et AL., 2015)

Essa nova inserção internacional chinesa suscitou diversos estudos e novas postulações teóricas. Em 2004, Joshua Cooper Ramo publicou um livro intitulado *The Beijing Consensus*, popularizando o termo “Consenso de Pequim”. A fim de compreender o modelo de desenvolvimento que a China estaria implementando a partir de uma série de reformas econômicas ao longo dos anos com sucesso, esta estratégia estaria sujeita a emulação pelos outros Estados em desenvolvimento e, implicitamente, teria um forte elemento contra-hegemônico. (VADELL, 2011)

De outro lado, alguns teóricos afirmam que as relações entre China e os demais países em desenvolvimento tratam-se de uma complementaridade comercial dinamizada pela expansão comercial e financeira chinesa, o crescimento mundial e a elevação dos preços das commodities e dos recursos energéticos. Ou seja, essa nova relação Norte-Sul, assimétrica e complementar entre a China e algumas regiões em desenvolvimento, como é o caso dos países da América Latina, denomina-se como Consenso do Pacífico<sup>4</sup>, que

---

<sup>4</sup>Segundo Vadell (2011) as características mais salientes desse novo Consenso do Pacífico seriam: "(i) o CP abre as margens de manobra política para países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. O envolvimento da China na América Latina, mas também na África, no século XXI, apresenta-se como uma nova opção para os estados do 'Sul', em contraposição aos constrangimentos rígidos do CW. Seja mediante novas possibilidades de comércio, seja em investimentos na área de infraestrutura e nas indústrias extrativas ou com ajudas financeiras para quitar dívidas externas. (ii) A interdependência crescente entre a RPC e os países em desenvolvimento não se apresenta, no curto prazo, como uma ameaça para os EUA, e isso vale sobretudo para o hemisfério ocidental. Não obstante, os Estados Unidos têm se preocupado com a presença chinesa na região e têm pressionado para deixar clara essa relação. [...] (iii) Em terceiro lugar, a China tem como objetivo manter e promover a estabilidade nas mais diversas regiões para, dessa maneira, garantir a



não pretende descrever o funcionamento ou as características de um modelo de desenvolvimento específico, mas um tipo de relacionamento Norte-Sul na sua fase comercial-financeira, cujo desenvolvimento é uma consequência direta das transformações globais, da ascensão chinesa e das próprias características do seu desenvolvimento. (VADELL, 2011)

Para Arrighi, a constatação do excepcional dinamismo do Leste Asiático deveria ser analisada como o produto de um único processo do sistema-mundo numa perspectiva de longa (500 anos), média (150 anos) e curta (50 anos) duração (ARRIGHI; HAMASHITA; SELDEN, 2003), que permite buscar conexões entre a ascensão atual e da ulterior posição na vanguarda do desenvolvimento mundial, anterior a ascensão do sistema-mundo europeu. Somente através da herança histórica da região se pode analisar a reorientação no sistema mundo, no qual "the historical parameters of the East Asian region [...] have shaped and continue to shape both regional outcomes and the nature of interactions linking East Asia and the global political economy." (ARRIGHI; HAMASHITA; SELDEN, 2003, p.15)

Em suma, Arrighi resume de forma categórica a rescentralização econômico-política do sistema mundial centralizado na Ásia oriental:

Todo o sistema de relações interestatais da Ásia oriental vêm se caracterizado por uma dinâmica de longo prazo que contrasta intensamente com a dinâmica ocidental [...]. Essa dinâmica diferente resultou na amplamente reconhecida primazia chinesa na formação do Estado e da economia nacional durante o século XVIII e no início do XIX. Mas também criou condições para a posterior incorporação subordinada do sistema da Ásia Oriental à estrutura do sistema europeu globalizante. Essa incorporação subordinada transformou, mas não destruiu, o sistema regional preexistente de relações internacionais. E, mais importante, contribuiu também para a transformação contínua do próprio sistema ocidental incorporador. O resultado foi uma formação político-econômica híbrida, que criou um ambiente especialmente favorável para o renascimento econômico da Ásia oriental. (ARRIGHI, 2008, p.321)

Pode-se constatar que a expansão da Ásia oriental também é reflexo da turbulência global, que preparou o palco para o seu desenrolar (ARRIGHI, 2008, p.159); ou seja, nos termos utilizados por Arrighi, a outrora hegemonia estadunidense no sistema

---

segurança nos investimentos e os contratos das relações comerciais (RATLIFF, 2009). (iv) Em quarto lugar, a RPC está surgindo como uma nova possibilidade de financiamento para os países com problemas financeiros da América do Sul. A diferença mais saliente em relação ao modelo de empréstimos das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial é que a RPC não impõe condicionalidades políticas em troca de investimentos e ajuda. [...] (v) Finalmente, uma característica interessante do padrão de relacionamento do CP é a estratégia bilateral de negociação, seja nas assinaturas dos TLC com três países da região, seja na negociação com os países membros do Mercosul."

internacional perdeu credibilidade, tornando-se uma pura dominação, uma "dominação sem hegemonia" decorrente de "crise terminal" dos Estados Unidos. (ARRIGHI, 2008, p.161; 185)

As tentativas dos Estados Unidos de provocar o maior de todos os ajustes espaciais, transformando-se em Estado mundial, saíram pela culatra. Em vez de criar um Estado mundial, eles criaram um mercado mundial de volume e densidade sem precedentes, no qual a região dotada do maior suprimento de mão-de-obra barata e de alta qualidade leva vantagem competitiva decisiva. Não é por acaso histórico que essa região é a Ásia oriental. (ARRIGHI, 2008, p.370)

Concomitantemente, o gradualismo das reformas e do planejamento estatal chinês desde a Revolução Cultural, a reforma com "características chinesas", o projeto nacional de desenvolvimento baseado no "interesse nacional" chinês (seja pela via interpretativa do "socialismo de mercado" ou do "capitalismo de Estado"), as aberturas econômicas graduais e controladas, o "desenvolvimento não-capitalista baseado no mercado", a não subserviência aos preceitos do Consenso de Washington, a "ascensão" ou "coexistência pacífica", a dinamização político-econômica com seu entorno estratégico asiático, a política externa convergente com as etapas de desenvolvimento da política interna, dentre outros fatores, são possíveis causas para uma compreensão do ressurgimento do Oriente e, em particular, da China, no sistema mundial no século XXI.

#### **4. Breve histórico das relações sino-latinoamericanas**

A presente seção traçará um breve histórico dos laços entre a América Latina e o país asiático, mapeando os mais substantivos episódios e transformações no âmbito de tal trajetória. Para tal esforço analítico de reconstrução, partiremos inicialmente das principais mudanças no xadrez geopolítico internacional a partir da segunda metade do século XX, e como as mesmas condicionaram certos padrões específicos de conduta da política externa chinesa. Tomando cuidado para não cair em leituras deterministas sobre as reorientações da diplomacia entre ambas as partes, esta seção também buscará desdobrar, dentro do possível, algumas variáveis políticas e econômicas consideradas importantes.

Muito embora as relações entre China e a América Latina não sejam de proveniência recente, as mesmas foram, por muito tempo, deixadas de lado vis-à-vis as interações chinesas com outras partes do mundo, diante dos constrangimentos e janelas de oportunidades que se apresentavam com o desenrolar da Guerra Fria. Na década de

1950, imediatamente após a fundação da República Popular (RPC), três diretrizes principais guiaram a diplomacia promovida por Mao Zedong e Zhou Enlai, as mais importantes figuras do novo Estado chinês: um “novo começo”, com anulação completa das relações diplomáticas estabelecidas pela “Velha China”<sup>5</sup> com outros países”; a adoção de uma postura completamente antagônica ante as forças imperialistas; e, finalmente, uma política de alinhamento para com a União Soviética (URSS), responsável por imprescindível suporte no enfrentamento à ocupação japonesa nas décadas progressas (ZHANG, 2012). No esforço de estabelecimento de laços externos, é importante frisar, a única condicionalidade exigida pelo governo era o não-reconhecimento do *Kuomintang* e de Taiwan, expressão da política de uma China única<sup>6</sup>.

Nas décadas de 1950 e 1960, dentro do que poderia ser alcunhado de ciclo de “propaganda passiva” (TSAI e LIU, 2012: p.287-8), a lógica estratégica chinesa, influenciada tremendamente pela gama de movimentos de liberação nacional eclodindo em várias partes do mundo, era de que a América Latina pudesse aderir, ainda que gradualmente, aos movimentos anti-imperialistas em voga. Apostando nessa avaliação, o país tentou adotar maior altivez na promoção externa, objetivando adquirir suporte diplomático no continente. Contudo, sob a liderança política de Mao, inicialmente ainda próximo à URSS, e as tensões do contexto geopolítico internacional, tais tentativas expansionistas sofreram diversos reveses. Ou seja, mesmo com o estabelecimento de relações com Cuba em 1960, o restante dos laços permaneceu tímido, circunscrito a pequenos acordos de cooperação, a despeito de recorrentes apelos do Primeiro Ministro Zhou Enlai de ênfase sobre políticas tanto no âmbito cultural quanto econômico<sup>7</sup>. Portanto, mesmo com o interesse chinês crescente na América Latina após a experiência revolucionária vitoriosa de Fidel Castro, as relações bilaterais permaneceram claramente limitadas: "China's diplomatic capability was curbed under the influence of Sino-Soviet

---

<sup>5</sup>Referência à República da China (previamente à República Popular), governada pelo Partido Nacionalista Chinês (*Kuomintang*, ou KMT) de Chiang Kai-Shek; cujas elites dirigentes, após a derrota para os comunistas, refugiaram-se na Ilha de Formosa, atual Taiwan.

<sup>6</sup>Uma ressalva se faz aqui necessária: muito embora a RPC estivesse disposta a saudar boas relações com países que a reconhecessem, os países ocidentais, guiados pelos EUA, adotaram uma política ferrenha de contenção e isolacionismo, resultante em uma lacuna das relações entre ambas as partes por um bom tempo.

<sup>7</sup>Cumprir notar também que boa parte dos países de nosso continente, neste momento, vivenciava regimes autoritários com forte influência estadunidense, obstaculizando ainda mais qualquer inflexão em tal sentido.

conflict in the 1960s and the emergence of domestic challenges such as the Great Leap Forward, the Three Red Flags and the Cultural Revolution." (TSAI e LIU, 2012, p.289)

Por essas e outras que, ante uma fortíssima ingerência dos EUA, a política do País do Meio para a região sob esse ciclo foi corretamente alcunhada de “promoção passiva”, com avanços tímidos ante outras preocupações mais imediatas. Nos anos 1970, contudo, tanto o cenário interno quanto o externo mudam bastante. A despeito de tensões remanescentes da Revolução Cultural, inclusive delineando na briga de facções políticas do Partido Comunista Chinês (PCC) entre o ocaso de Mao e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a China “retorna” à comunidade internacional e restabelece elos formais com uma série de países, sendo os Estados Unidos os pioneiros. Poder político considerável foi logrado também pela nação asiática na arena global com a conquista do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU a partir de 1971, favorecendo principalmente a consolidação de maior capilaridade entre os países do Terceiro Mundo. Cumpre ressaltar que, em parte pelo próprio sucesso no clamor de representação junto à instituição multilateral, a China desencadeou uma nova onda de ampliação de seus laços diplomáticos (TSAI e LIU, 2012: p.290)<sup>8</sup>. Entre 1970 e 1982, por exemplo, estabeleceu relações com 56 nações no Terceiro Mundo, incluindo 13 países latino-americanos como México, Chile, Brasil, e Argentina, os mais influentes da região.

Na década de 1980, com a abertura chinesa e as reformas para inserção na economia internacional e seus mercados, passou a haver destaque um pouco maior para as iniciativas de cooperação Sul-Sul. Mas, em função também de fatores como o distanciamento geográfico e as relações bilaterais mornas, os laços China-América Latina permaneceram limitados, a despeito do aumento do comércio nestes anos, partindo de uma base bem irrisória (SUTTER, 2012: p.324). Ademais, como resultado da política chinesa anti-estadunidense mais próxima à esquerda no espectro ideológico, ocorreram retaliações dos EUA na forma de contra-políticas que tornaram o continente um dos mais difíceis para os chineses adentrarem durante a Guerra Fria.

---

<sup>8</sup>De fato, com a formação do G77 em 1964, as nações em desenvolvimento buscaram cooperar para obter um melhor diálogo Norte-Sul com as potências industrializadas e uma nova ordem internacional mais benéfica junto à periferia. Tendo em vista que a ONU representava a principal instância para protestos contra e demandas dos países periféricos ou em desenvolvimento, o apoio advindo da China passava então a deter um importante significado. Também era uma oportunidade histórica, para o país asiático, de ganhar inclinações favoráveis do Terceiro Mundo. Nesse sentido, para além da cooperação econômica mais geral, os chineses também providenciaram endosso particular para a América Latina no que tangia a questões como soberania marítima e zonas não-nuclearizadas (TSAI e LIU, 2012).

Pelo fato de haver uma separação relativa entre a política externa e a sociedade civil na China, as conexões e interpretações da política tanto externa quanto interna seriam um pouco menos proeminentes no país vis-à-vis outras nações do Ocidente (SHI, 2008: p.210-1). Para alguns autores, por exemplo, imprescindível para entender a absorção chinesa no sistema capitalista e sua diplomacia, após o desencadeamento das reformas de abertura no final da década de 1970, é a noção de “primazia da economia”, onde a expansão das forças produtivas de mercado é vista como pilara ser fortalecido e aprofundado a todo custo. Desta forma, a política externa chinesa passava a conferir alta prioridade ao endosso pragmático das reformas; com diretrizes focadas primordialmente em assegurar condições da segurança e estabilidade para o desenvolvimento (SHI, 2008; SUTTER, 2012; LAI e KANG, 2012; ZHANG, 2012)<sup>9</sup>. Mesmo seus objetivos de segurança nacional se viram cada vez mais permeados por motivação de uma natureza fundamentalmente econômica: forjar em “ambiente internacional pacífico” que suporte ou não coloque empecilhos ao progresso material. Justamente por tal motivo, a China em muitos sentidos tem atuado para a manutenção do *status quo* (SHI, 2008; LAI e KANG, 2012)<sup>10</sup>. Assim, em síntese, uma vez que a China necessite reter um ambiente estável para o desenvolvimento socioeconômico, sua política externa tem buscado, em múltiplas instâncias, se acomodar à estrutura de poder regional, especialmente com relação aos EUA. Isto ficaria melhor sintetizado na seguinte passagem:

Participation in international economic institutions has thus become a major foreign policy objective. And as a great power diplomacy emerged as a new priority under China's deepening involvement in the capitalist international order, a political-strategic “spill-over” effect transpired: economic priorities have promoted to a considerable degree China's eagerness to participate in established international security and political regimes. (SHI, 2008: p.214)

Em uma era supostamente mais “multipolar” com o fim da Guerra Fria, muito embora novas oportunidades tenham surgido para o país asiático, com Beijing tendo maior margem de manobra, novas pressões eclodiram para lidar com novos imperativos estratégicos. Assim, a diretriz chinesa de política externa no novo cenário mundial

---

<sup>9</sup>Algo justificável em face de sua estratégia de ampliação de exportações objetivando *market share*, e também o ímpeto, mais latente apenas na década de 1990, de angariar fluxos de investimento externo direto (IED).

<sup>10</sup>Neste sentido, seus próprios líderes clamaram que o país não detém o menor interesse em buscar uma hegemonia regional/global ou desafiar a ordem mundial existente. Muito pelo contrário, enfatizaram o real papel da China como sendo o de ator responsável na salvaguarda da paz internacional, construindo as bases para um mundo harmonioso: “The strategy of peaceful development requires China to simultaneously deepen its domestic reforms and pursue a pacific diplomacy for achieving economic growth and national power” (LAI e KANG, 2012: p.119).

passou ser enquadrada como o de “ação dentro da não-ação” (*jingzhongyoudong*), capturando o princípio de aguardar o *timing* correto para só então completar um objetivo último em alguma extensão pretendida. Em termos específicos de relações de política exterior para com a América Latina, o líder chinês Yang Shangkun expressou, em sua visita ao continente nos anos 1990, o que assinalou como “quatro princípios” latentes para tal aliança: que ambas as partes estabeleceriam relações cooperativas amigáveis com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica<sup>11</sup>; que tanto o comércio bilateral quanto a cooperação econômica e tecnológica fossem expandidos pelo interesse mútuo; que ambas as partes respeitem os valores e tradições culturais de cada um; e, finalmente, que empreendessem esforços conjuntos visando lograr uma nova ordem política e econômica internacional, mais multipolar, consultiva, e menos assimétrica (TSAI e LIU, 2012: p.292-3).

Para findar esta seção, ao trilhar os passos da regionalização e globalização mundial, a China desenvolveu sistematicamente relações comerciais e diplomáticas mais aprofundadas com a América Latina e o Caribe. Em outras palavras, a potência asiática engajou-se com nosso continente de modo a expandir interações e fortalecer suas próprias reformas em curso, principalmente após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Exemplo disso é que, ao longo dos últimos anos, assinaram inúmeros acordos intergovernamentais com mais de vinte nações latino-americanas e desenvolveram, a largos passos, relações bilaterais mediante parcerias estratégicas como a APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*) e outras. Boa parte dessa acentuada inclinação da China se deu pela busca por *commodities*, de natureza agrícola e mineral, as quais o país asiático é bastante dependente, embora suas importações se mitiguem também entre outros países e continentes; e também busque mercados para absorção de suas exportações, concentradas em manufaturas e produtos com diferentes proporções de valor agregado (SUTTER, 2012).

Como bem salientam Tsai e Liu (2012), desde iniciativas como a visita do Ministro das Relações Exteriores chinês Tang Jiaxuan em 2001 no Chile, apregoando a

---

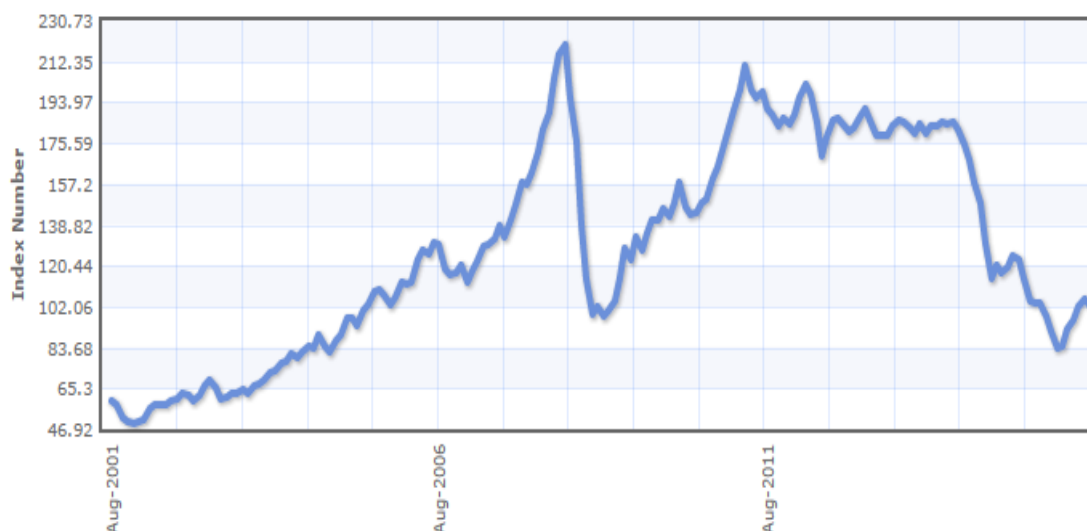
<sup>11</sup> Tais Cinco Princípios constituem eixos norteadores fundamentais para a política externa chinesa, possuindo alta resiliência desde o período da economia maoísta planificada até décadas depois da transição. Ganham “corpo” com a visita de Zhou Enlai à Índia e Burma, onde publicou comunicados conjuntos advogando-os, e posteriormente endossando-os na famosa Conferência de Bandung (1955). São eles: respeito mútuo pela soberania e integridade das outras nações; não-agressão mútua; não-interferência mútua nos assuntos internos de cada país; equidade e cooperação em prol do benefício mútuo; e, finalmente, coexistência pacífica (ZHANG, 2012: p.59-61).

cooperação Sul-Sul e preparando terreno para o fortalecimento das trocas inter-regionais, o processamento do comércio exterior chinês foi turbinado. Isto fez da América Latina uma das maiores receptoras de IED do China, com perspectivas de crescer ainda mais, demonstrando o intenso apreço estratégico que Beijing guarda pela região, algo corroborado pelos marcos das duas vindas do presidente Hu Jintao ao continente, em 2004 e em 2008. Caberá à parte seguinte do artigo problematizar minuciosa e qualitativamente o núcleo comum de tais relações econômicas citadas, bem como suas decorrências estruturais para nosso continente, identificando desafios remanescentes à luz dos dados empíricos arrolados e da hipótese de aprofundamento de uma nova etapa dependentista. Somente assim poderemos ter um quadro melhor com as implicações e impactos concretos da ascensão chinesa em nosso regime produtivo dentro da divisão internacional do trabalho, no curto e médio prazo.

## **5. China e América Latina hoje**

Esta parte do artigo analisará a crescente interdependência política e econômica dos países latino-americanos com relação à China nos anos recentes, destacando alguns de seus principais fatores contribuintes, as mudanças ao longo de tal recorte, e também prognósticos futuros. Em termos do comércio internacional, a presença da RPC no continente operou na figura de compradora de recursos naturais e energéticos; cujos preços, muito em função de tal demanda (e também de certa volatilidade especulativa), se elevaram consideravelmente até 2008, ano da eclosão da crise financeira global (VADELL, 2011: p.60). A figura abaixo busca mapear sinteticamente a variação no índice geral de preços de tais *commodities* (incluindo na cesta: minerais, agrícolas, etc), inclusive o arrefecimento de seus valores nos últimos anos, fato que será explicado mais adiante:

**Figura 1 – Índice geral de preços das *commodities*<sup>12</sup>, 2001-2016 (2005 = 100)**



Fonte: INDEX MUNDI. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commodities/>>. Acesso em 11 de setembro de 2016.

O crescimento chinês, de maneira geral, respondeu por importante valorização de produtos da periferia geoeconômica mundial. Para além disso, sua ascensão também alterou bastante a correlação de forças existente entre os poderes centrais e potências regionais (VADELL, 2011; PECEQUILO, 2013). Esta dinâmica, concomitantemente conflitiva e cooperativa (BECARD, 2013), consubstanciou-se com o abastecimento de recursos naturais e energéticos, provocando a já referida elevação dos preços a partir de 2002 graças à crescente necessidade dos mesmos pela China para sustentar seu espetacular crescimento, protuberante em tal década. Dentro dessa lógica, suas autoridades buscaram um estrito pragmatismo na abordagem para a América Latina, com um relacionamento mútuo atravessando o século XX e aprofundando-se no século XXI, ainda que o cenário de política internacional e o contexto da economia global tenha cambiado.

Dentre os eixos norteando a maior aproximação chinesa, figuram as motivações de cultivo a um mercado consumidor considerável para seus produtos; a busca de apoio para alavancar agendas estratégicas diversas no âmbito das instituições multilaterais; e a segurança energética. Diante do notável crescimento das relações comerciais, em 2008 o governo chinês publica o documento conhecido como “Livro Branco da China para a

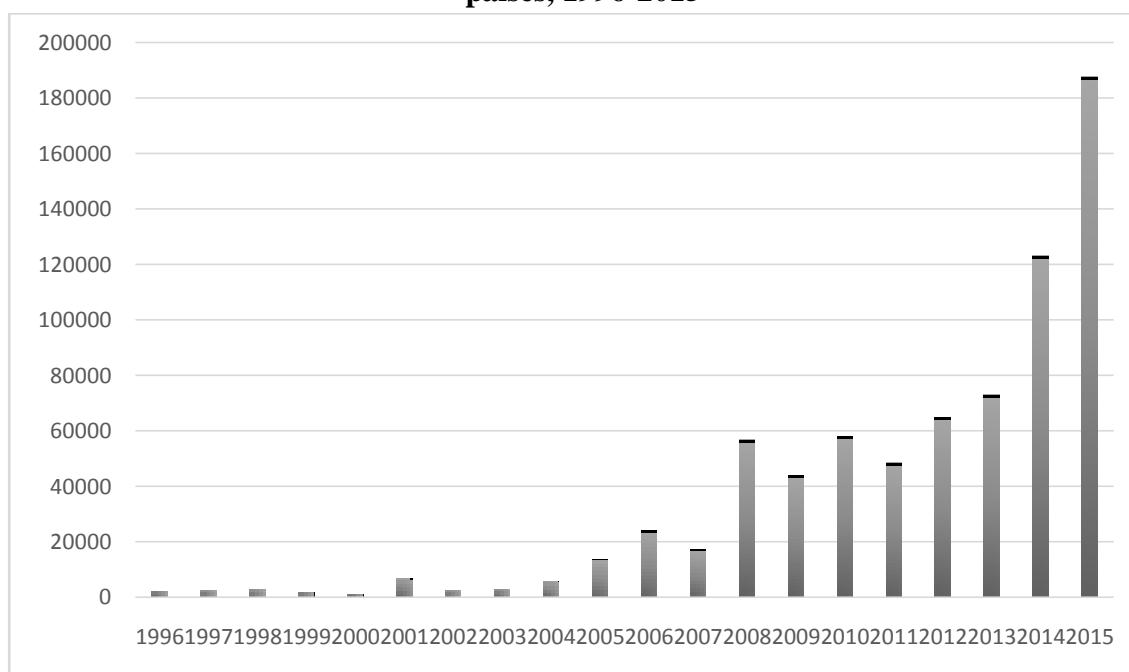
---

<sup>12</sup> O Índice Geral de Preço das Commodities leva em conta uma média ponderada dos preços de uma determinada cesta de produtos primários, baseando-se em prognósticos acerca de seus preços presentes e futuros. O índice decomposto segue no anexo.



América Latina”, denotando pilares primordiais das relações com o continente, que, pelo menos em termos retóricos, deveriam se basear na equidade e na cooperação mutuamente benéfica. Em seguida a tal documento, o padrão de investimentos é revigorado, com montantes ainda maiores de inversões no continente e no Cone Sul em especial. O principal mote ao qual se orienta o IED chinês é o setor de hidrocarbonetos, seguido pelo de mineração e todas as outras atividades primárias<sup>13</sup>. Em termos proporcionais, vale ressaltar que os investimentos chineses destinados à América Latina ainda perfazem valor tímido ante a composição total, majoritariamente concentrada no próprio sudeste asiático e suas múltiplas cadeias produtivas de valor, muito embora nosso continente já figure como o segundo destino estratégico. Ao menos, assim atestariam os gráficos seguintes:

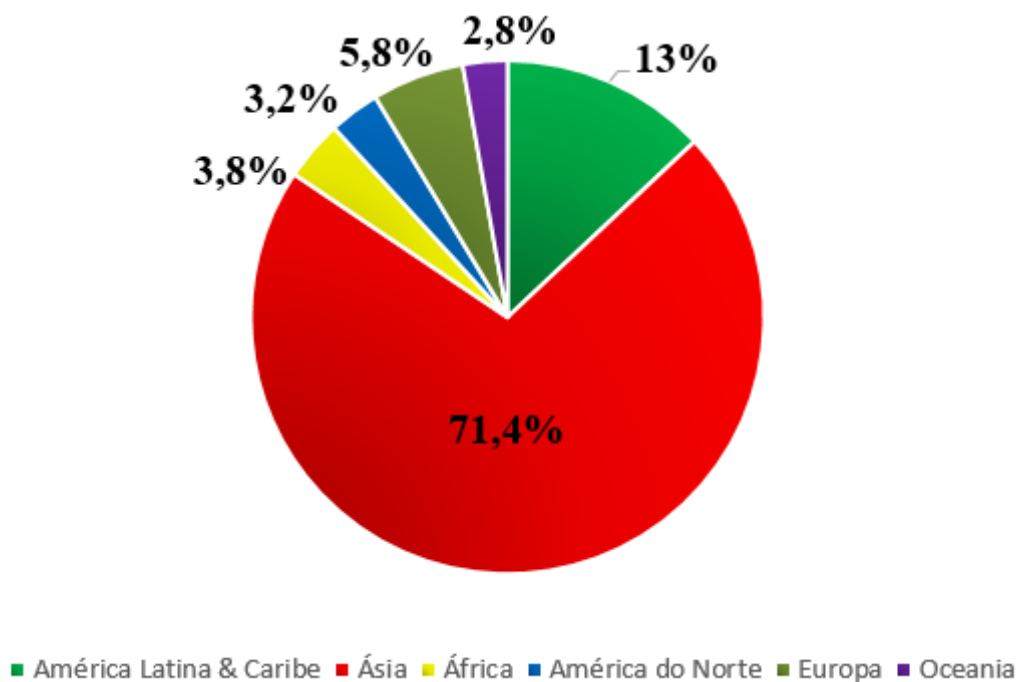
**Gráfico 1 – Evolução do Investimento Externo Direto (IED) da China em outros países, 1996-2015**



Fonte: OCDE. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/mne/statistics.htm>>.

<sup>13</sup> As características gerais do IED chinês na região são descritas, conforme Slipak, da seguinte forma: orientação para o longo prazo e segurança de recursos; estabelecimento de firmas chinesas com pouca ou nenhuma transferência de tecnologia aos países de destino; ausência de condicionalidades; ausência de promoção de uma agenda específica por parte do País do Meio; e, finalmente, obras de infraestrutura trazendo consigo a obrigatoriedade de firmas de origem chinesa e provisão de insumos e produtos intermediários de determinado valor agregado (2014: p.111).

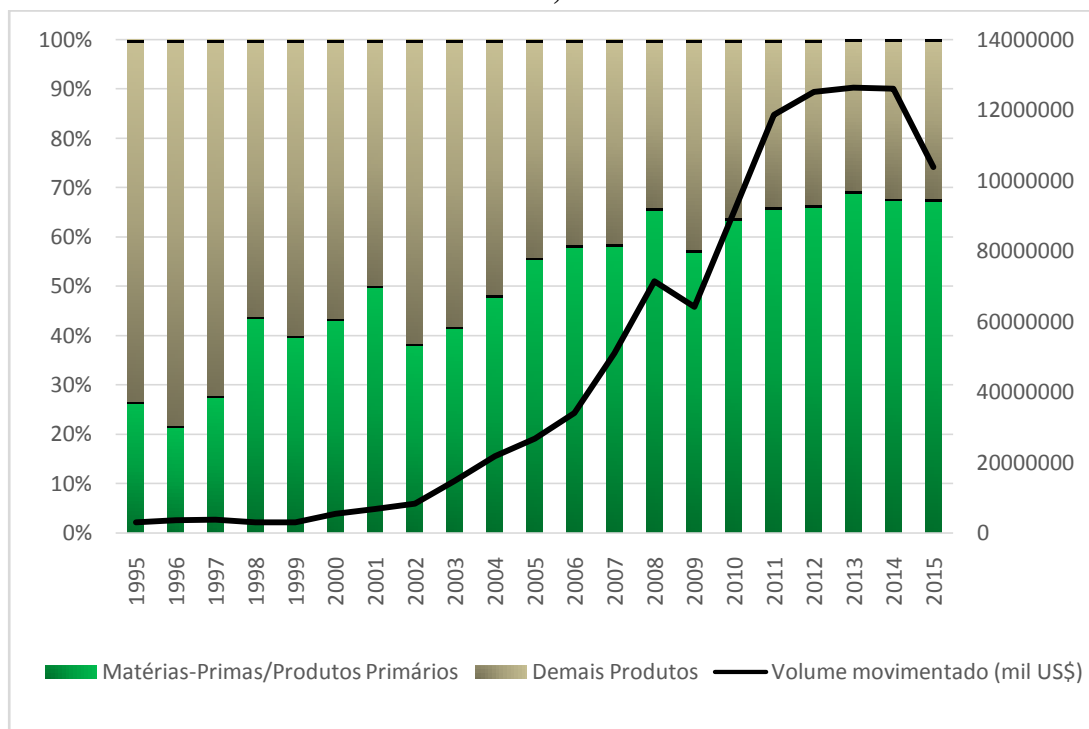
**Gráfico 2 –Investimento Externo Direto (IED) da China por região, 2011 (%)**



Fonte: CEPAL. *Chinese Foreign Investment in Latin America and the Caribbean*. Working Document, 2013.

Em contrapartida, as importações consumidas pelas nações latino-americanas da China, revigoradas pela expansão do consumo e do mercado interno nos anos 2000, guardam um perfil concentrado nos produtos manufaturados e de maior valor agregado. Ao colocar isto em perspectiva com a composição dos produtos adquiridos pelos chineses (Gráfico 3), nota-se um gritante contraste de especialização em produtos de baixo valor agregado - matérias-primas, em larga maioria -, incapazes de alavancar os ganhos de produtividade desses países e, em função do pouco adensamento tecnológico, com seus preços e condições de oferta e demanda determinados no âmbito dos mercados internacionais. Desta forma, fica latente como os benefícios do comércio entre ambas as partes são altamente concentrados em poucos estados e setores, revelando, adicionalmente, uma desigualdade geográfica na distribuição do *spill-over*. (GALLAGHER e PORZECANSKI, 2008; VADELL, 2011; BECARD, 2013; PECEQUILO, 2013; SLIPAK, 2014).

**Gráfico 3 – Perfil e composição das importações chinesas da América Latina e Caribe, 1995-2015**



Fonte: WORLD BANK, WITS – *World Integrated Trade Solution*. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/>> Acesso em 10 de setembro de 2016.

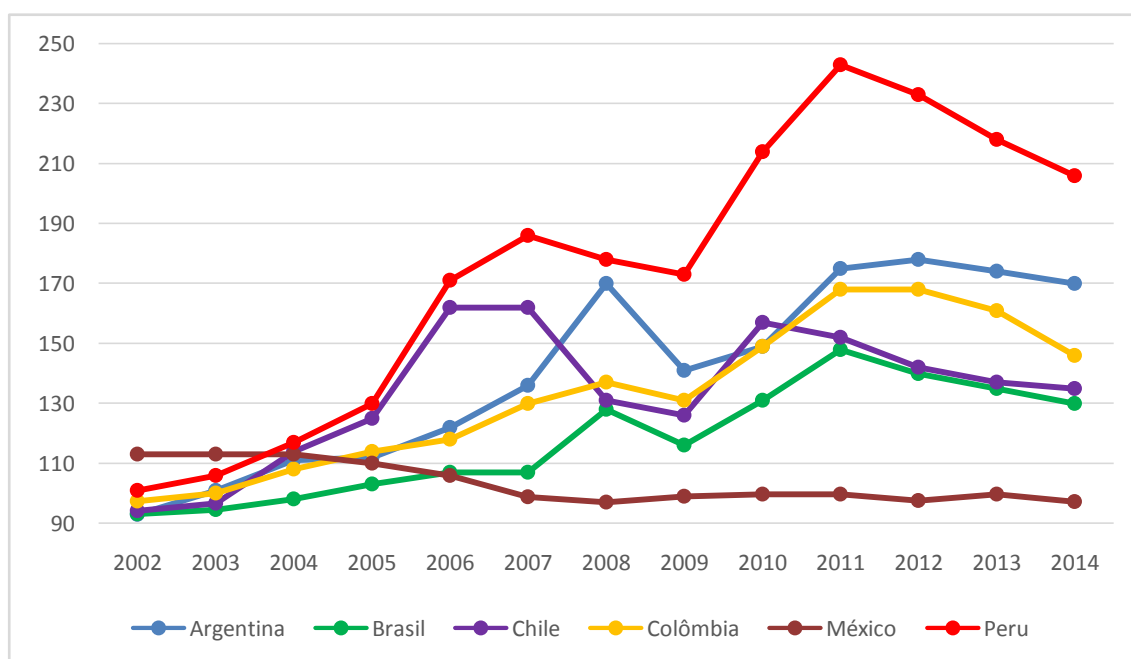
Assim, como pontua Vadell:

Embora o relacionamento crescente da RPC com os países da América do Sul tenha de fato contribuído para a recuperação econômica da sub-região, esse vínculo é marcadamente assimétrico. Em outros termos, para manterem-se na trilha do crescimento, os países da América do Sul dependem mais da RPC do que a China deles. (2011, p.69)

A primeira década do século XXI, mais para a América do Sul do que propriamente para a América Latina, foi importante por um conjunto de transformações sociais, que, ao menos em termos de densidade econômica, fizeram a região reemergir no cenário geopolítico global (PECEQUILO, 2013). A década de 1990 foi notadamente de baixo perfil, tendo em vista o fracasso na adequação ao receituário neoliberal ortodoxo e restritivo preconizado pelo Consenso de Washington. Enquanto isso, um maior esforço por autonomia correlaciona-se com a emergência dos projetos políticos de esquerda/progressistas pela região na década seguinte, com maior sensibilidade para tentarem equacionar as altíssimas desigualdades mediante políticas de redistribuição de renda e inclusão social. A amálgama de todos estes aspectos contribui para a elevação da

prosperidade do continente no curto prazo, muito embora tais governos não tenham se arvorado no enfrentamento de problemáticas estruturais, podendo acarretar em maior dependência e vulnerabilidade no futuro, ainda mais diante de uma provável tendência de reversão consolidada dos termos de troca anteriormente favoráveis (ver Gráfico 4). Dentre algumas das questões cruciais apontadas, figuram as seguintes: desindustrialização, relativização do setor de serviços, saturação dos mercados internos e desequilíbrios comerciais e produtivos (OLIVEIRA 2010; BECARD, 2013; PECEQUILO, 2013).

**Gráfico 4 – Termos de troca (VE/VI) das principais economias latino-americanas, 2002-2014 (2000=100)**

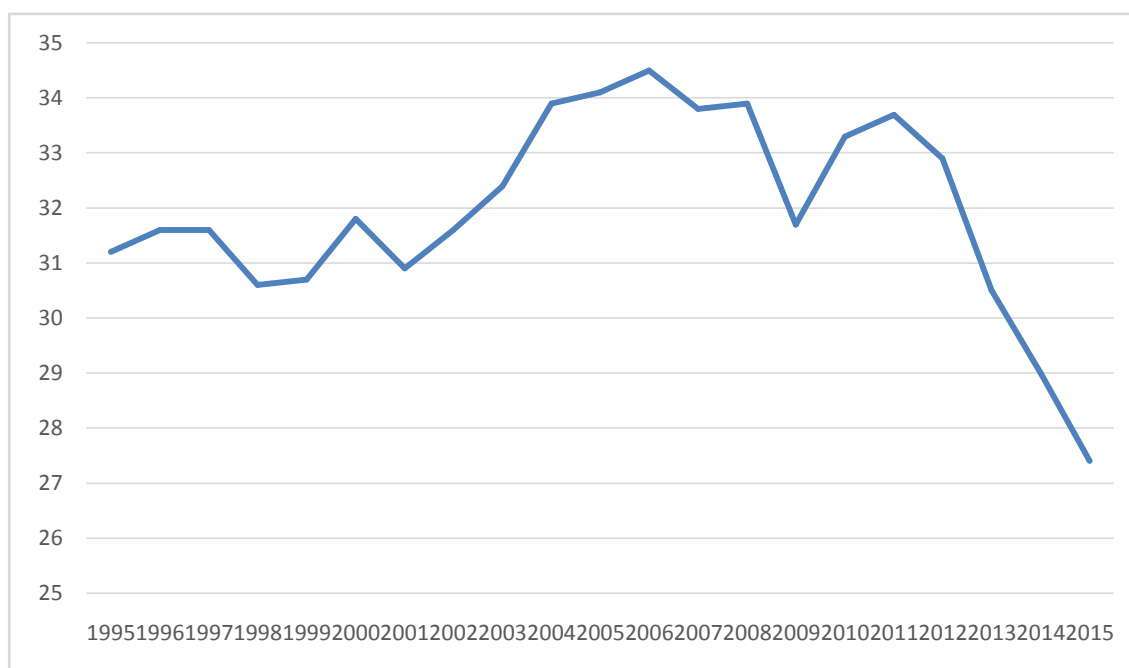


Fonte: WORLD BANK, *World Development Indicators*.

Quando a referência é propriamente a reprimarização da pauta exportadora, cabe ainda salientar o caráter não-permanente da transformação gerada pelo direcionamento da produção ao mercado chinês, uma relativização da importância dos laços políticos e econômicos regionais, a partir do desvio de comércio para a China e a troca de dependência Norte-Sul com os Estados Unidos por uma nova “dependência” Sul-Sul com a China. Ademais, a “substituição dos fluxos inter-regionais de comércio e complementaridade entre as nações sul-americanas também reduz a possibilidade de adensamento político local via arranjos de integração ou alianças ad hoc” (PECEQUILO,

2013: p.110). Os dados abaixo (Tabela 2 e Gráfico 4) ajudam a corroborar como o continente já viria passando por severos constrangimentos em termos de um desenvolvimento puxado pela indústria, dificultado bastante pela sobreapreciação cambial vivida por tais países na década.

**Gráfico 5 – Participação do valor agregado da indústria no PIB da América Latina; 1995-2015 (%)**



Fonte: WORLD BANK, *World Development Indicators*.

Cumprir ainda destacar o câmbio de modelo vivenciado pela China desde a crise financeira, trazendo consequências profundas para o cenário conjuntural imposto aos países latino-americanos. Após décadas de crescimento vigoroso com forte participação das exportações, ampliação de *market share* e dos investimentos, o desempenho econômico chinês viria desacelerando e dando sinais de esgotamento em termos de possibilidades de expansão do PIB. Isto operaria por distintos elementos, como: sua estrutura demográfica, uma saturação da demanda global, e também sua proximidade da fronteira tecnológica industrial, dificultando maior obtenção de ganhos marginais de produtividade (MOURA, 2015; PEREIRA e RIBEIRO, 2016). Em função disto, e também desafios do país asiático como a inclusão da massa populacional pobre e o imperativo de um mercado interno vigoroso, a atual geração de governantes chineses, liderada por Xi Jinping, viria tentando imprimir uma reorientação para a demanda e consumo domésticos, de modo a imprimir um crescimento mais qualitativo. Em

decorrência, tem-se um cenário de readequação a um “novo normal”, onde tradicionais exportadores de *commodities* (agrícolas ou minerais) passam a se defrontar com vulnerabilidades, conforme a derrocada relativa na indústria e do setor manufatureiro chinês, agora substituído pelo vigor do setor de serviços, se soma ao desaquecimento da construção civil e investimentos, cristalizando uma redução da demanda por tais produtos, pressionando seus preços para baixo (MOURA, 2015: p.103; WEI, 2016).

A China, pelo vetor da projeção de seu poder em escala global e inundação de mercados com suas manufaturas, impõe grande obstáculo à margem detida pelos países latino-americanos para perseguição de alternativas políticas autônomas, sugerindo, possivelmente, maiores tensões futuras no que tange à competitividade e a própria manutenção da parceria político-estratégica (OLIVEIRA, 2010: p.90; PECEQUILO, 2013: p.111; BECARD, 2013: p.20). Não obstante, tal “ofensiva” não pode, de forma rudimentar e simplista, ser alcunhada ou aludida a qualquer neoimperialismo ao molde estadunidense exatamente pelo distintivo fato de não haver pressões políticas diretas, com uma relação sem condicionalidades notória do padrão de política externa chinesa, conforme atentado na seção pregressa. Assim, não se observa, da parte da China, geração de demandas políticas e econômicas estruturais – ou seja, um modelo imposto – para a construção efetiva de parcerias com as diversas nações. Esta perspectiva será mais bem elucidada na próxima seção e nas considerações finais.

Sumarizando, o cenário futuro para o continente, na esteira dos indicadores aqui arrolados, mostra-se altamente preocupante em uma série de aspectos estruturais. No que tange ao padrão de relações entre a China e a América Latina, se configura uma inegável interdependência comercial assimétrica, corporificada na especialização regressiva e volatilidade nos termos de troca<sup>14</sup>. A despeito da emergência do país asiático ter representado, nos anos 2000, alternativa frente aos constrangimentos da agenda do Consenso de Washington, os governos latino-americanos (ignorando as clivagens ideológicas) mostraram-se incapazes de formulação de estratégias políticas desenvolvimentistas de longo prazo para equacionar tais desafios, pertinentes

---

<sup>14</sup>Cristalizando, assim, uma especialização aos moldes do sistema centro-periferia, fazendo ressurgir um renovado modelo agrário-exportador (ou *commodity*-exportador) para os países periféricos. “Se realizarmos um exercício de análise prospectiva para a América do Sul, resulta muito difícil pensar em projetos de integração e de estratégias de inserção internacional, sem levar em consideração o gigante asiático como o mais importante ator extra-regional na região” (VADELL, 2011: p.72).

principalmente às questões da indústria e inserção internacional. Assim, como atenta Slipak (2014: p.111), mantida tal relação econômica constante, apenas exacerbará uma crescente integração assentada unicamente em vantagens comparativas tradicionais e desiguais!

## **6. O interesse chinês nos recursos naturais latino-americanos**

A mudança na estrutura produtiva mundial proporcionada pela China radicalizou a divisão internacional do trabalho, descentralizando indústrias, por um lado, e desindustrializando e reprimarizando várias economias, impulsionando uma grande demanda de recursos naturais (que engendra, concomitantemente ao processo de extração e de processamento, novas estruturas para demandas energéticas e infraestruturais para escoamento e circulação). Essa demanda chinesa por recursos naturais foi “o principal fator responsável pela alta dos preços internacionais das commodities e consolidou-se como o motor da expansão da indústria extrativa em nível global.” (MORENO, 2015, p.12)

Desta maneira, os investimentos diretos da China na região vêm se destinando à compra de matérias primas e formação de joint-ventures na aquisição de licenças de exploração de recursos naturais e, em casos de obras de infraestrutura, para atuação de empresas transnacionais em aliança com estatais chinesas. Para Moreno (2015, p.33-34), evidencia-se “a oportunidade que a América Latina oferece apenas para provisão de matérias-primas, na contramão do que seria uma relação mais equitativa, que potencializasse o comércio intra-industrial”.

As exportações latino-americanas para a China, assim como os investimentos chineses na região, encontram-se concentrados em *commodities* – especialmente commodities extrativas – em comparação ao resto do mundo. “This has raised an important issue for LAC—is the ‘resource curse’ once again dominating the region’s development model? That is, does LAC continue to be primarily an exporter of commodities and raw materials?” (ROETT, 2010, p.204)

Os investimentos que a região latino-americana recebe da China não tendem a desenvolver capacidades locais ou regionais, nem atividades intensivas em conhecimento ou encadeamentos produtivos. A localização de empresas chinesas, como os

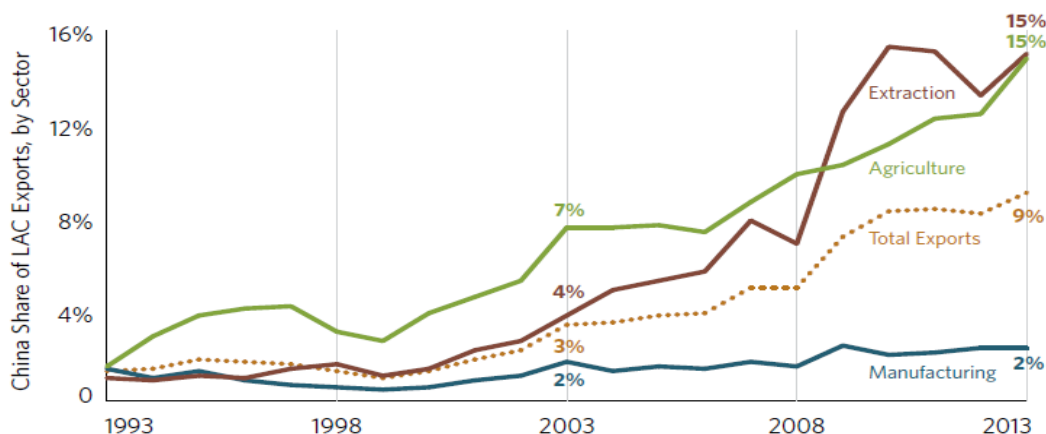
direcionamentos de investimento às commodities, tendem a potencializar e aprofundar as atividades extrativas em detrimento de atividades com maior valor agregado, reforçando o caráter reprimarizador das economias latino-americanas. Neste contexto, Svampa y Slipak definiram e cunharam o termo “Consenso de los Commodities.” (FORNILLO, 2015, p.53)

Portanto, o Consenso das Commodities corresponde a uma adesão a um projeto baseado na exportação dos recursos naturais latino-americanos, independente das matrizes ideológicas e políticas dos Estados em questão; tanto governos de esquerda, centro-esquerda, centro-direita e direita se inserem neste contexto, ainda que com que finalidades e propósitos distintos.

Así como el «Consenso de los Commodities» reúne a gobiernos que adhieren a una matriz de pensamiento neoliberal ortodoxa junto a otros que la rechazan enfáticamente, lo mismo sucede con los vínculos sino-latinoamericanos. Los gobiernos que aún reivindican recetas neoliberales pueden celebrar tlcy practicar abiertamente una relación comercial basada en ventajas comparativas, mientras que los gobiernos progresistas presentan esta relación como una ruptura con los hegemones tradicionales.(SLIPAK, 2014)

Analisando-se as exportações latino-americanas para a China por setor, destaca-se a preponderância dos setores agrícola e extrativo. A China triplicou a sua quota do total das exportações latino-americanas na última década, mais do que triplicou as exportações de produtos extrativos e duplicou a sua quota das exportações agrícolas. Mas a sua demanda por bens manufaturados continua constante, ficando em cerca de 2% das exportações de manufaturados da ALC. (RAY et al, 2015)

**Gráfico 6 - Participação da China nas exportações da América Latina por setor, 1993-2013**

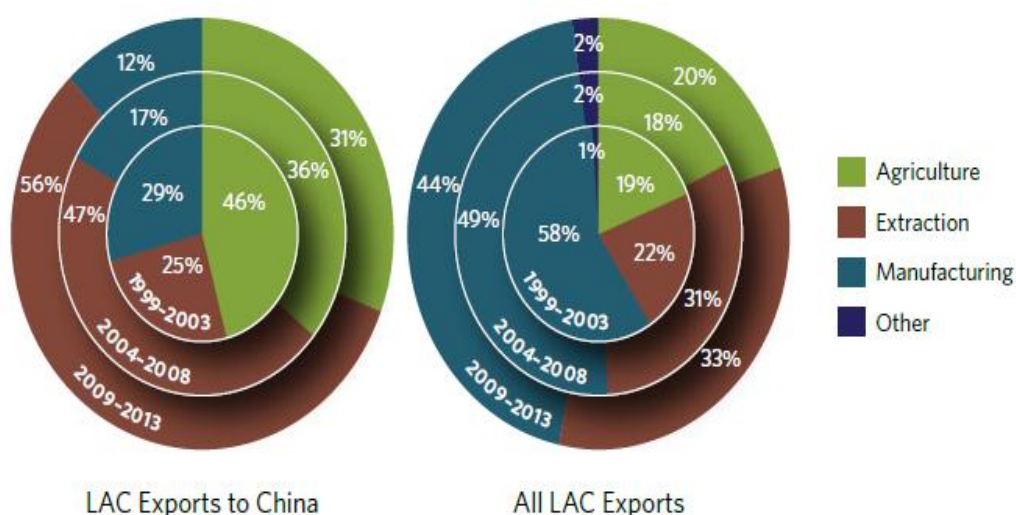




Fonte: RAY et al, 2015.

A China tem sido um motor importante na expansão da exportação de bens agrícolas e extrativos da América Latina. Como mostra a figura abaixo, enquanto as exportações agrícolas e extrativas para a China cresceram como proporção do PIB, essas exportações para o resto do mundo permanecem estagnadas ou mesmo caíram durante a última década. A demanda chinesa também desempenhou um papel no aumento do nível geral da maioria das *commodities* durante o período, aumentando significativamente os termos de troca em favor da América Latina. (RAY et al, 2015)

**Gráfico 7 - Composição da pauta exportadora da América Latina por setor**

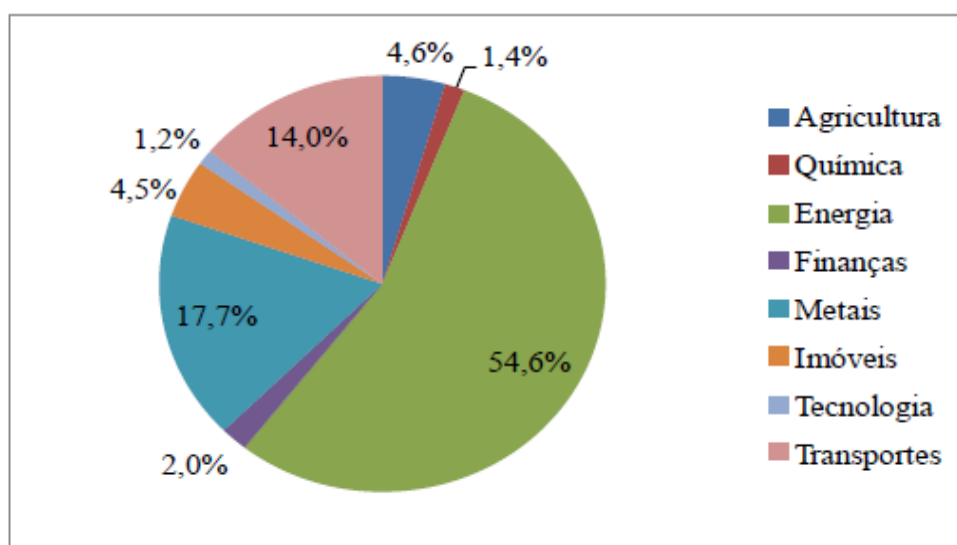


Fonte: RAY et al, 2015.

Entretanto, parte significativa dos países da região possui déficit comercial com a China. Ainda, é preciso destacar que o padrão de comércio, mesmo nos países superavitários, foi marcado por uma relação assimétrica em que se verificaram elevados superávits em favor da região nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais e crescentes déficits nos produtos manufaturados (de baixa, média e alta intensidade tecnologia), sobretudo após a crise internacional, quando a China direcionou parte de suas exportações de manufatura da Europa e dos Estados Unidos para a região. Em contrapartida, as exportações da China para a América Latina são compostas, fundamentalmente, por produtos eletrônicos e mecânicos. Concomitantemente, os países da América do Sul que possuem um parque industrial considerável são os mais prejudicados com o desenvolvimento dessa especialização comercial. (VADELL, 2011)

Da mesma maneira, a China vem expandindo de forma expressiva o investimento direto especialmente na segunda metade da década de 2000, cujo interesse primordial tem sido voltado aos recursos naturais e energia (petróleo, cobre e ferro). O IED chinês na América Latina ficou concentrado, sobretudo, no setor de energia (54,6% do total acumulado entre 2005 e 2013), sendo que deste valor 40% foram direcionados ao segmento do petróleo. As participações de outros setores de atuação das empresas chinesas na América Latina foram: 17,7% em metais; 14% no setor de transporte (automóveis); 4,6 % na agricultura; 4,5% em imóveis

**Gráfico 8 - IED chinês na América Latina: participação por setor econômico (média acumulada, 2005-2013)**



Fonte: The China Global Investment Tracker/Heritage Foundation.

Evidencia-se a estratégia chinesa de garantir o acesso às fontes de recursos naturais entre 2005 e 2013 (RAY et al, 2015). A América do Sul é o destino principal dos IED chineses, que podem ser divididos em três principais categorias, de acordo com seus propósitos: a) “orientados aos recursos naturais” (*natural resource-seeking*); b) “orientados ao mercado” (*market-seeking*) e c) “orientados à eficiência” (*efficiency-seeking*). A grande maioria dos IED com destino à América do Sul são orientados à exploração de recursos naturais, em setores de grande demanda da China, como cobre, aço, petróleo e soja. Ademais, pode-se observar investimento em infraestrutura ligados a facilitar o escoamento desses produtos. (VADELL, 2011)

Com isso, a maior presença chinesa tende a reforçar as barreiras econômicas e políticas ao desenvolvimento de longo prazo, uma vez que a região pouco avançou em termos de construção de suas próprias estratégias nacionais e/ou regionais de inserção internacional menos dependente da dinâmica do comércio internacional.

## **7. Conclusão**

O presente artigo buscou realizar uma análise teórica e empírica da nova configuração internacional entre América Latina e China, propondo a hipótese de uma nova etapa de dependência latino-americana. Assim, parte-se da questão de se estaríamos perante um padrão de relacionamento que poderia constituir uma renovada relação de cooperação Sul-Sul ou, pelo contrário, um novo tipo de relacionamento Norte-Sul.

Esse processo, se considerado somente a pauta de exportações, pode ser interpretado como uma reprimarização ou especialização regressiva do padrão comercial dos países latino-americanos, agravando inclusive a desindustrialização e encorajando o aumento da financeirização. Tais resultados são não apenas evidentes, mas também reveladores dos efeitos danosos às cadeias produtivas latino-americanas da inserção internacional chinesa. Ou seja, as relações sino-latinoamericanas configurar-se-iam, a princípio, como uma nova etapa de dependência, uma relação Norte-Sul, uma vez que as relações externas acabam reproduzindo antigos padrões de subordinação e dependência, ainda que em novos termos e em uma conjuntura internacional distinta; uma evolução e dinâmica do padrão Norte-Sul com características bem particulares.

Portanto, há indícios de uma nova etapa de dependência latino-americana, dentro de uma reconfiguração macroestrutural onde a China exerce o papel de outra potência somada ao jogo. Não obstante, é uma dependência reproduzida sobre circunstâncias peculiares e uma natureza completamente distinta; onde, em função de especificidades da resiliente política externa chinesa e também de seu imperativo requerimento energético, não há imposição propriamente de uma agenda chinesa para o continente, com diretrizes pré-estabelecidas. Assim sendo, os constrangimentos defrontados pelos *policymakers* latino-americanos seriam bem diferentes dos existentes sob o paradigma anterior do Consenso de Washington. Caberia aos governos, então, o enfrentamento da problemática estrutural da dependência primário-exportadora desses países, bem como os respectivos

desequilíbrios engendrados (já pontuados ao longo do trabalho), de modo a vislumbrarem efetivamente um novo perfil de desenvolvimento, com inclusão social concomitantemente a uma inserção internacional exitosa.

A China é altamente dependente de recursos naturais, que faz com que tenha certa instabilidade e busque mercados de suprimento por parte do governo chinês. Ratificou-se que a China acaba reproduzindo as relações econômicas que as outrora potências mundiais realizavam na região latino-americana; entretanto, na busca de um mundo multipolar tal qual preconizam os chineses, deveriam desvincular-se da estratégia atlantista, realizando relações comerciais com os demais países do Sul Global de maneira horizontal, buscando a redução das fronteiras econômicas e tecnológicas. Ainda, constata-se que consiste numa dependência diferenciada, quando comparada às demais etapas de dependência latino-americanas desde os tempos coloniais: não há uma imposição ideológica ou condicionalidades econômicas e políticas strictu sensu, e sim prerrogativas que se baseiam no próprio desenvolvimento econômico-político da China, baseado principalmente no comércio quando se refere às relações internacionais. Os interesses estratégicos chineses relacionam-se com a nova fronteira de expansão capitalista que a América Latina engendra. A China, portanto, se aproveita da estrutura produtiva que historicamente se estabelece na América Latina; o modelo é histórico, a atuação do país asiático é que consiste a novidade do século XXI.

Para a América Latina, o primeiro passo seria compreender as características de seus vínculos com a China ao definir sua inserção global. É imprescindível a modificação de sua estrutura produtiva que coíba novas etapas de dependência e, conseqüentemente, realize alianças para, de um lado, suprir o mercado chinês, e de outro, realizar o processo de industrialização dos recursos naturais, visando reduzir o baixo valor agregado de seus produtos e vulnerabilidade de seus preços e fomentando projetos de diversificação industrial de maior valor agregado e de fomento científico-tecnológico.

A continuidade do crescimento e do processo de distribuição de renda latino-americano na década de 2010 depende cada vez mais da dinâmica e composição do crescimento mundial e seus efeitos sobre os preços de commodities. Isso mostra que a região perdeu mais uma oportunidade histórica para redefinir a sua inserção na economia mundial. Os limites econômicos e políticos ao desenvolvimento parecem ter se ampliado.

Entretanto, continua-se sem construir capacidades internas para direcionar a região numa trajetória mais autônoma, cujos efeitos nocivos das crises internacionais sejam cada vez menores e mitigados. A ascensão chinesa e a sua crescente presença na região devem ser visualizadas como janelas de oportunidade para esse fim, no qual o engajamento político-econômico baseado numa integração regional multisetorial se apresenta como objetivo imediato.

## 8. Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (Ed.). *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. Londres, Nova York: Routledgecurzon, 2003.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BECARD, Danielly. “China diplomacy and trade in Latin America”. *Estudos Internacionais*, Vol. 1, 2013. pp.223-239.

CEPAL. *Chinese Foreign Investment in Latin America and the Caribbean*. Working Document, 2013. Disponível em: <<http://www.cepal.org/en/publications/35927-chinese-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-china-latin-america>>.

COELHO, Diego Bonaldo et al. A ascensão da China e seus reflexos no Brasil: fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento. *Rev. Bras. Inov*, Campinas, v. 14, p.85-108, jul. 2015.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

FORNILLO, Bruno (Org.). *Geopolítica del litio: Industria, Ciencia y Energia en Argentina*. Buenos Aires: El Colectivo; Clacso, 2015.

FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K.. *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?.* Londres, Nova York: Routledge, 1993.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de America Latina*. 1ªed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

GALLAGHER, Kevin; PORZECANSKI, Roberto. "China Matters: China's Economic Impact in Latin America". *Latin American Research Review*, Vol.43, No.1, 2008.

INDEX MUNDI. *Commodity Prices Index*. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commodities/>>. Acesso em 11 de setembro de 2016.

KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.

LAI, Hongyi; KANG, Su-jeong. "Economic Development and China's Foreign Policy". IN.: KAVALSKY, Emilian (ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy*. Surrey: Ashgate, 2012. pp.113-121.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 11ª ed. Cidade do México: ERA, 1991.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. 3ª Edição. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORENO, Camila. *O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MOURA, Rafael. "A desaceleração chinesa e o 'Novo Normal': implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico". *Revista Desenvolvimento em Debate*, v.3, n.2, 2015. pp.79-109. Disponível em: <[http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd\\_3\\_2\\_rafael.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_3_2_rafael.pdf)>.

OCDE. *OECD Statistics Database*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/mne/statistics.htm>>.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Brasil e China: uma nova aliança não escrita?*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 53, 2010. pp.88-106.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. "A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China". *Carta Internacional*, Vol.8, n.2, jul-dez, 2013. pp.100-115.

PEREIRA, Lia Baker; RIBEIRO, Lívio. "A nova fase do modelo chinês e as principais questões para o Brasil". IN.: BONELLI, Régis; VELOSO, Fernando (orgs.). *A Crise de Crescimento do Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV/IBRE, 2016. pp.243-281.

ROETT, Riordan. *China's deepening ties with Latin America: a work in progress*. In: BRESLIN, Shaun (Ed.). *Handbook of China's International Relations*. Londres: Routledge, 2010. p. 200-208.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SHI, Yinhong. "The impact of China's capitalist transition on foreign policy". IN.:McNALLY, Christopher (ed.). *China's Emergent Political Economy: capitalism in the dragon's lair*. Londres: Routledge, 2008. pp.209-227.

SLIPAK, Ariel M.. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o «Consenso de Beijing»? Nueva Sociedad, Lima, v. 250, p.102-113, mar./abr. 2014.

SUTTER, Robert. *Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War*. 3.ed. New York: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2012.

TSAI, Tung-Chieh; LIU, Tony Tai-Ting. "China's Relations with Latin America". IN.: KAVALSKY, Emilian (ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy*. Surrey: Ashgate, 2012. pp.287-298.

VADELL, Javier. "A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico". *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.19, n.suplementar, novembro de 2011. pp.57-79.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, p.57-79, nov. 2011.

WEI, Shang-Jin. "China's Slowdown and Asia's Economy". *Project Syndicate*, 2016. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/onpoint/china-slowdown-asian-economy-by-shang-jin-wei-2016-01?barrier=true>>.

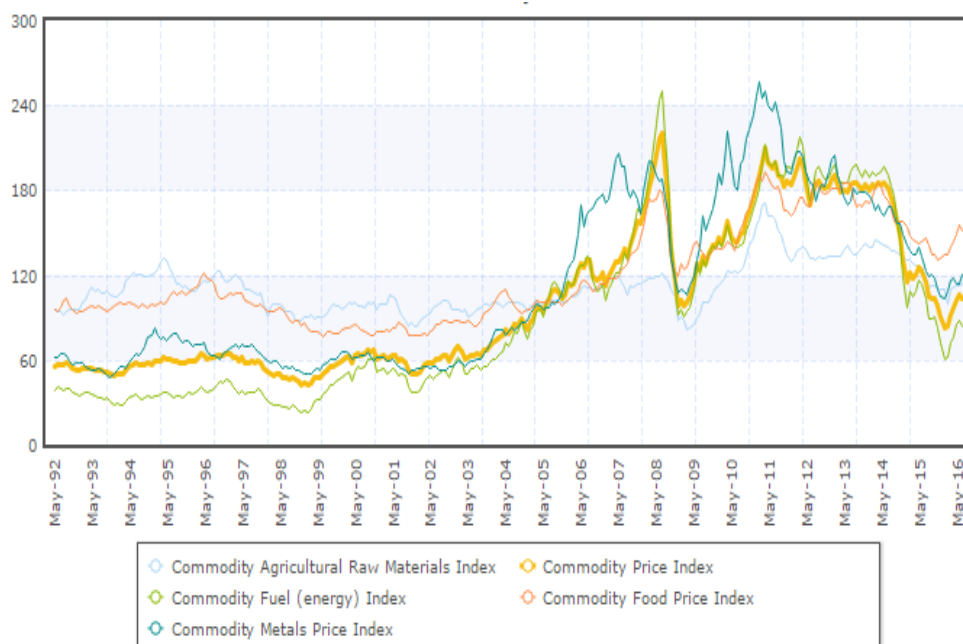
WORLD BANK, *World Development Indicators*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>>.

\_\_\_\_\_. *WITS – World Integrated Trade Solution*. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/>> Acesso em 10 de setembro de 2016.

ZHANG, Baijia. *The Path of the CPC: Revolution, Construction and Reform*. Beijing: Foreign Languages Press, 2012.

## ANEXOS

**Figura 1 – Trajetória desagregada dos preços das commodities, 1992-2016 (2005 = 100)**



Fonte: INDEX MUNDI. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commodities/>>. Acesso em 11 de setembro de 2016.

**Tabela 1 – Taxas de câmbio oficiais das principais economias latino-americanas, 2002-2014 (unidade monetária local por dólar; média)**

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru
2002	3,06	2,92	689	2,5	9,66	3,52
2003	2,9	3,08	691	2,88	10,8	3,48
2004	2,92	2,93	610	2,63	11,3	3,41
2005	2,9	2,43	560	2,32	10,9	3,3
2006	3,05	2,18	530	2,36	10,9	3,27
2007	3,1	1,95	522	2,08	10,9	3,13
2008	3,14	1,83	522	1,97	11,1	2,92
2009	3,71	2	561	2,16	13,5	3,01
2010	3,9	1,76	510	1,9	12,6	2,83
2011	4,11	1,67	484	1,85	12,4	2,75
2012	4,54	1,95	486	1,8	13,2	2,64
2013	5,46	2,16	495	1,87	12,8	2,7
2014	8,08	2,35	470	2	13,3	2,84

Fonte: WORLD BANK, *World Development Indicators*.